



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023

PROCESSO Nº 085/2023

REGISTRO POR OUTRO ÓRGÃO Nº 019/2023

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC0102/2022 – CINCATARINA

FORNECIMENTO DE KIT DE ELEVAÇÃO PARA VAN.

Contratante: **MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua das Rosas, nº 268, inscrito no CNPJ sob o nº 93.539.153/0001-92, por representação legal do Prefeito Municipal, Senhor **MARCELO ARRUDA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 815.917.560-49 e RG nº 6077573936, residente no município de Barra do Rio Azul – RS.

Contratada: **TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Manuel Gregório Pacheco, s/n, Bairro Esperança, no município de Içara – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.389.661/0002-43, neste ato representada pelo Sócio-Administrador, Sr. **CLAUDIONOR ANTONIO TASCA**, inscrito no CPF sob o nº 476.481.120-00 e RG 2038025017.

As partes acima qualificadas têm entre si justo e acordado o presente Contrato Administrativo, de conformidade com o estabelecido nas seguintes cláusulas e condições:

OBJETO: TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN.

Cláusula Primeira: O presente contrato regula-se por suas cláusulas, pelo edital ao qual se vincula, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Segunda: O contratante pagará à contratada, pelos item abaixo, o seguinte valor unitário, conforme Ata de Registro de Preços nº 0102/2022 do Pregão Eletrônico nº 080/2022, realizado pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA:

ITEM	PRODUTO	FABRICANTE /MODELO	VALOR R\$
01.	Aquisição de 01 (uma) TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL PARA ACESSIBILIDADE EM VAN. ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN19256) - TCA/ORTOBRAS/TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO -	TCA/ORTO BRAS	30.000,00

Valor total dos itens: **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**



Parágrafo Primeiro: Nos preços constantes deste contrato estão incluídas todas as despesas relacionadas ao recolhimento do veículo, em local indicado pelo município contratante, para ser transformado e entrega do veículo após a transformação, no endereço indicado na Autorização de Fornecimento.

Parágrafo segundo: Do item descrito acima deverá ser concedida uma garantia de no mínimo doze meses, assim como disponibilizar assistência técnica.

Cláusula Terceira: O pagamento será efetuado, em até dez dias, após recebimento do bem, e ou, após liberação de recursos pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme PROPOSTA Nº 12123.735000/1230-01.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, através de transferência bancária entre contas ou boleto bancário, mediante nota fiscal.

Parágrafo Segundo: No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o Município contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes e o prazo de pagamento será contado da data de reapresentação do documento corretamente preenchido.

Parágrafo Terceiro: Não será efetuado qualquer pagamento ao Adjudicatário enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

Cláusula Quarta: O fornecimento do objeto deverá ser integral e dado início imediatamente após assinatura do contrato, mediante ordem de início para execução fornecido pelo município.

Parágrafo Primeiro: A contratada deverá efetuar a entrega do bem, sem nenhum custo adicional ao Município, num prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias corridos contados da solicitação do Município. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação do licitante e aceita pelo Município.

Parágrafo Segundo: A contratada deverá substituir os itens fornecidos que não atenderem aos critérios de qualidade exigidos e estipulados no Edital de Pregão Eletrônico nº 080/2022, bem como de acordo com a Ata de Registro de Preços nº 0102/2022, realizados pelo CINCATARINA, sem qualquer custo adicional ao Município.

Cláusula Quinta: O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento da Ordem de Início, podendo ser prorrogado mediante justificativa comprovada e aceita.

Cláusula Sexta: Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula 12, da Ata ao qual o Município aderiu, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei nº 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a adesão a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.



Cláusula Sétima: O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) amigavelmente por acordo entre as partes;
- b) unilateralmente, por qualquer das partes, desde que a outra seja comunicada previamente com no mínimo 30 dias;
- c) nos casos previstos nos artigos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e as alterações introduzidas posteriormente.

Cláusula Oitava: As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.02.2105.4490.52.00.00.00.1549 – Equipamentos e Material Permanente

Cláusula Nona: Constitui direito do contratante receber o objeto nas condições avençadas, e da contratada receber o valor nos prazos determinados.

Cláusula Décima: O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira: A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato as obrigações por ele assumidas.

Parágrafo único: O presente contrato decorre e se vincula ao edital e ata de registro de preços respectivos em todos os seus termos, condições, requisitos e obrigações, sendo que a contratada deverá observar rigorosamente o que dispõe este contrato e o edital respectivo, sendo que caso a contratada não observe as disposições deste contrato ou do edital poderá lhe ser aplicada as penalidades previstas no edital e na lei das licitações.

Cláusula Décima Segunda: As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005. Além do previsto no *caput* desta cláusula, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, garantida a defesa prévia ao contratado, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
- b) Esgotado o prazo de entrega dos tubos de concreto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do pedido de compra, independente do seu valor;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- e) Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo



licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

f) Se o valor da multa não for pago, ou depositada, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Parágrafo único: Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Décima Terceira: Fica eleito o foro da Comarca de Erechim - RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme é assinado pelas partes para que surta seus efeitos.

Barra do Rio Azul, 15 de dezembro de 2023.

Município de Barra do Rio Azul,
Contratante.

TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA,
Claudionor Antonio Tasca,
Sócio-Administrador,
Contratada.